

PMDB propõe alteração no relatório de Richa

que pag 13

Quatro emendas devem ser apresentadas hoje pelo PMDB do Distrito Federal para alterar o substitutivo do senador José Richa, relator da Comissão de Organização do Estado. As emendas alteram o número de cadeiras da futura Assembléia Legislativa, a denominação "governador distrital", a vinculação da polícia do DF à União e o veto à redivisão territorial. As emendas foram elaboradas por uma comissão do PMDB formada por Joselito Correa, Múcio Athayde, Marco Antônio Campanella e Fernando Tolentino depois de discussões internas e que serão, agora, apresentadas por um constituinte do DF.

A primeira emenda a ser apresentada, segundo Joselito Correa, contesta a determinação do substitutivo de que o Legislativo local terá 16 cadeiras. A argumentação é de que em todos os estados, o número de representantes do Legislativo é três vezes o número de deputados federais, e não duas vezes, como determinou Richa, e o DF teria que

eleger 24 representantes.

A segunda emenda pretende modificar o termo "governador distrital", que para a comissão tem uma conotação pejorativa. O temor é de que a denominação "distrital" possa ser usada casuisticamente no futuro, para tirar alguma das atribuições do governador eleito. Além da supressão do termo, uma outra emenda pede a supressão também da palavra vedado, no artigo que fala da redivisão territorial. Segundo a comissão, a reorganização política e administrativa do Distrito Federal será feita pelo órgão legislativo local que poderá, se for o caso, também mexer com a divisão do DF. A argumentação é de que a manutenção do veto seria um contraponto à autonomia do legislativo.

A última emenda a ser proposta pelo PMDB, fala da determinação de que as polícias Civil e Militar, além do Corpo de Bombeiros do DF, sejam subordinados à União. O partido entende que o GDF deve ter o controle destes órgãos.

Emenda acaba com distrital

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) apresenta, hoje, emenda ao substitutivo do senador José Richa, relator da Comissão de Organização do Estado, propondo a supressão do termo distrital, deixando apenas governador, no artigo 21, que prevê eleições diretas para o Distrito Federal.

Representando a Ala Progressista do PMDB nacional, o deputado pernambucano acrescenta também a palavra econômico, na parte do artigo 21, referente à questão tributária e financeira. Sua proposta define, ainda, a eleição para governador, vice e deputados distritais no dia 15 de novembro do ano que vem, para um mandato tampão de dois anos, como previa o relatório do deputado Sigmaringa Seixas.

A emenda de Maurílio Ferreira Lima trata, também, da questão do poder do governador em relação à segurança pública. Ela defende que todo o aparelho de segurança do Distrito Federal ficará submetido às ordens do governador do DF e que a nomeação do secretário de

Segurança Pública será de sua inteira responsabilidade e competência. Portanto, a polícia militar, civil e corpo de bombeiros ficam sob as ordens do governador de Brasília e não da União, como quer o senador José Richa. Igualmente o Poder Judiciário ficará submetido às instâncias superiores locais.

As decisões foram tiradas no I Seminário Político, realizado pela Ala Progressista do PMDB do Distrito Federal — liderado por Maerle Ferreira Lima — no último fim de semana. Os 80 delegados que participaram do encontro decidiram ainda, que a Ala Progressista de Brasília não participará do atual governo do DF com as presenças do secretário de Segurança Pública, Olavo de Castro e da Frente Liberal; não reconhecem a existência da Aliança Democrática a nível nacional e local.

Eles pretendem, também, intensificar a luta por eleições diretas para presidente da República e governador do DF, no dia 15 de novembro de 1988.